

243 Governo vai à Justiça contra Congresso

BRASÍLIA — O Governo vai recorrer da decisão do Congresso de recriar, por decreto legislativo, órgãos extintos pelo Plano Cruzado Novo, mas ainda está estudando qual o recurso jurídico que vai usar. As decisões do Congresso, que recriam oito instituições, obrigam o Governo a reincorporar 13 mil funcionários, com despesa anual de cerca de NCZ\$ 200 milhões só em salários.

Os órgãos recriados são Inkra e Embrater, do Ministério da Agricultura; EBTU, Geipot, Empresa de Navegação da Amazônia S/A, Cia. de Navegação do São Francisco e Serviço de Navegação da Bacia do Prata, do Ministério dos Transportes; e a Cia. Siderúrgica da Amazônia, do Ministério do Interior.

O Consultor Geral da República, Saulo Ramos, informou que o Presidente Sarney pediu um parecer à Consultoria e ao Ministério da Justiça sobre a recriação do Geipot, da Ebtu e da Embrater. Ele adiantou que, além de recorrer ao Supremo Tribunal Federal, há outro caminho: não fazer nada, isto é, não dar cumprimento ao decreto legislativo e continuar com as extinções.

Uma fonte do STF informou, por sua vez, que o Governo poderá argüir, através da Procuradoria Geral da República, a inconstitucionalidade do decreto legislativo.

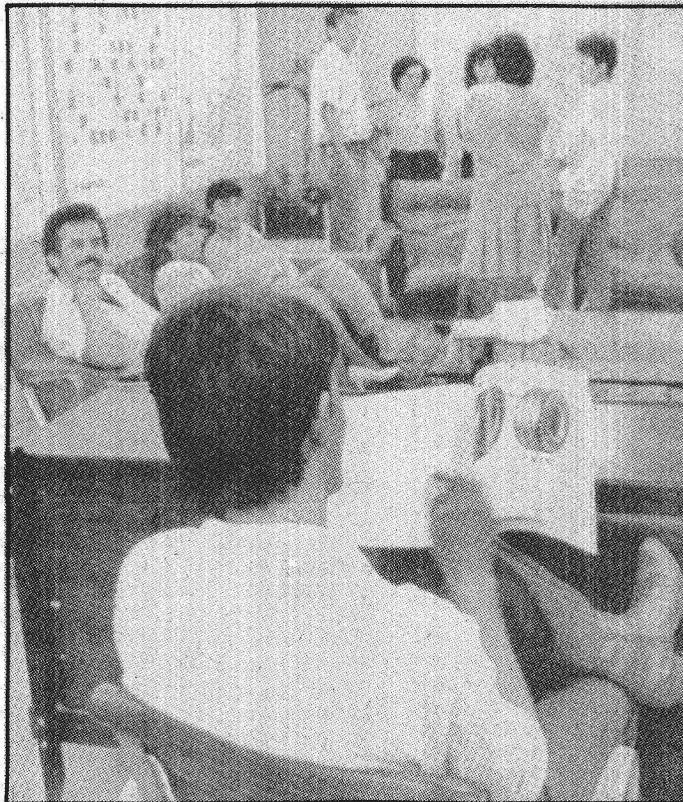
A posição do Governo em relação ao Inkra é considerar legal a decisão do Congresso, porque, ao rejeitar um decreto-lei, o Legislativo usou uma competência exclusivamente sua. Mas em relação às empresas é diferente.

Os funcionários do Geipot, EBTU e Embrater haviam entrado com um mandado de segurança no STF contra a extinção e desistiram do processo no dia em que o Congresso decidiu pela recriação. Com isso, caiu por terra um dos argumentos que estavam sendo utilizados pelo Consultor-Geral da República, Saulo Ramos, para contestar a decisão do Congresso: de que o assunto estava sub judice.

Mas ele tem outros, como o de que o ato do Presidente Sarney, extinguindo as empresas, é executivo, e o decreto legislativo só pode ser usado para suspender atos normativos, de caráter regulamentar.

Ontem, o Ministro da Agricultura, Iris Resende, recebeu da sua consultoria jurídica proposta de Medida Provisória reestruturando o Inkra e autorizando um crédito especial de NCZ\$ 700 milhões para o órgão.

Telefotos de Roberto Jayme



Sem ter o que fazer, funcionários do Geipot conversam ou lêem revistas, enquanto Rangel aguarda instruções